

LEI DA FICHA LIMPA COMPLETA 15 ANOS E DEIXA MARCA NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Aprovada a partir de um projeto de lei de iniciativa popular que reuniu mais de 1,5 milhão de assinaturas, a Lei da Ficha Limpa chega ao seu 15º aniversário em junho, sendo considerada um marco no combate à corrupção no Brasil. A legislação define 14 situações que tornam um político inelegível, entre elas a condenação por atos que causem prejuízo ao patrimônio público ou resultem em enriquecimento ilícito.

Balanço

Levantamento da CNN Brasil com dados do Tribunal Superior Eleitoral mostra que, entre 2014 e 2024, quase 5 mil candidaturas foram barradas pela lei. O número representa mais de 8% dos cerca de 60 mil políticos que tentaram concorrer a cargos eletivos nesse período. Em vigor desde 2010, a regra foi aplicada pela primeira vez nas eleições municipais de 2012. Antes dela, uma legislação aprovada em 1990 já previa hipóteses de inelegibilidade, mas limitava o afastamento da vida pública a no máximo três anos. Com a Lei da Ficha Limpa, esse período pode chegar a 16 anos no caso de mandatos de oito anos, como o de senador, já que o condenado fica impedido de disputar eleições pelo tempo restante do mandato somado aos oito anos seguintes.

Mudanças e discussões

Durante esses 15 anos de vigência, também surgiram propostas para modificar a lei. Uma delas, que já passou pela Câmara dos Deputados e está em análise no Senado, prevê que nenhum político fique inelegível por mais de oito anos a partir da data da condenação.

Outro aspecto relevante é que a Lei da Ficha Limpa aboliu a exigência de condenação transitada em julgado para impedir candidaturas. Desde sua aprovação, basta que o político tenha sido condenado por um tribunal colegiado, formado por mais de um juiz, para ficar impedido de concorrer a cargos públicos.

